



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

CONT. Nº. 139/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARÃO - APAE, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO - PROFISSIONAIS, CONFORME PROCESSO Nº. 84439-20.00/05-1.

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.958.625/0001-49, com sede na Av. Borges de Medeiros, nº. 1501, sexto andar, nesta Capital, neste ato legalmente representada por seu Titular, Sr. JOÃO GABBARDO DOS REIS, portador da Carteira de Identidade nº. 1003763172 - SSP/RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 223.127.490-68, doravante denominada CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARÃO - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº. 89.910.673/0001-92, CNES nº. 5853222, com sede na Rua 24 de Maio, nº. 1946, Bairro Centro - JAGUARÃO/RS, CEP.: 96.300-000, fone/fax: (53) 3261-2489, neste ato representada por sua Presidente, Sra. MARIA IVA DE FARIA PIÚMA, portadora da Carteira de Identidade nº. 9013810164, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 369.812.650-87, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, artigos 241 e seguintes; as Leis Federais nº. 8080/90 e nº. 8142/90; as normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, sujeitando-se ao disposto na Lei Estadual nº. 11.389/99. RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, através de **Dispensa de Licitação, com base no art. 24, inciso XX, da Lei Federal nº. 8.666/93** mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a execução pela CONTRATADA, de serviços técnico-profissionais a serem prestados por equipe multiprofissional à pessoa com deficiência intelectual e autismo, para atender a demanda no município de Jaguarão/RS, pertencente à 3ª CRS, dentro dos limites quantitativos abaixo fixados, que serão distribuídos por níveis de complexidade e de acordo com as normas do SUS, em conformidade com o disposto na Informação nº. 2245/2016 - DAHA/GAST, às folhas nº. 470 a 471, do processo administrativo nº. 84439-20.00/05-1.

§ 1º - Os serviços compreendem os seguintes procedimentos nos limites abaixo fixados:

| PROCEDIMENTOS | | MÊS | | ANO | |
|--|--|------------|---------------------|--------------|----------------------|
| | | Físico | Financeiro | Físico | Financeiro |
| 0301010072 - Consulta Médica na Atenção Especializada | | 60 | R\$ 600,00 | 720 | R\$ 7.200,00 |
| 30107 - Atendimento Acompanhamento em Reabilitação Física, Mental, Visual e Múltiplas Deficiências | 0301070024 - Acompanhamento de Pacientes em Reabilitação em Comunicação Alternativa | 398 | R\$ 6.073,48 | 4.776 | R\$ 72.881,76 |
| | 0301070040 - Acompanhamento Neuropsicológico de Paciente em Reabilitação | | | | |
| | 0301070059 - Acompanhamento Psicopedagógico de Paciente em Reabilitação | | | | |
| | 0301070067 - Atendimento/Acompanhamento em Reabilitação nas Múltiplas Deficiências | | | | |
| | 0301070075 - Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor | | | | |
| TOTAL REABILITAÇÃO INTELLECTUAL | | 458 | R\$ 6.673,48 | 5.496 | R\$ 80.081,76 |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

§ 2º - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Saúde da CONTRATANTE, com vistas à sua distritalização, e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

§ 3º - Mediante Termo Aditivo, e de acordo com a capacidade operacional da CONTRATADA e as necessidades da CONTRATANTE, unilateralmente pela contratante por interesse público ou por solicitação da contratada, mediante justificativa aprovada pela contratada, poderá fazer acréscimos e supressões de quantitativos em até 25% (vinte e cinco por cento) dos valores limites atualizados deste Contrato, durante o período de sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira, serão executados pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARÃO - APAE, com sede na Rua 24 de Maio, nº. 1946, Bairro Centro – JAGUARÃO/RS, com **Alvará de Licença** expedido pela Secretaria da Saúde de Jaguarão, **sob o nº. 198/16**, às folhas nº. 473.

PARÁGRAFO ÚNICO: A eventual mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, será imediatamente comunicada à CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo a CONTRATANTE rever as condições deste Contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS NORMAS GERAIS

Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA.

§1º - Para os efeitos deste Contrato, consideram-se profissionais do estabelecimento da CONTRATADA:

- 1 - o membro do corpo de profissionais da CONTRATADA;
- 2 - o profissional que tenha vínculo de emprego com a CONTRATADA;
- 3 - o profissional autônomo que presta serviços à CONTRATADA em caráter regular;
- 4 - o profissional que, não estando incluído nas categorias referidas nos itens 1, 2, e 3, é admitido pela CONTRATADA nas suas instalações para prestar determinado serviço.

§2º - Equipara-se ao profissional autônomo definido nos itens 3 e 4, a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde.

§3º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste Contrato.

§4º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato.

§5º - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pela CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste Contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente de Lei Orgânica da Saúde.

§6º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o MS.

§7º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento ao paciente amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento devido pelo Poder Público, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça na ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a oferecer ao paciente todo recurso necessário ao seu atendimento, conforme discriminação abaixo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

I - ÁREA FÍSICA / AMBIENTES, conforme contido no processo administrativo nº. 84439-20.00/05-1.

II - RECURSOS MATERIAIS / EQUIPAMENTOS, conforme contido no processo administrativo nº. 84439-20.00/05-1.

III - RECURSOS HUMANOS, conforme contido no processo administrativo nº. 84439-20.00/05-1.

IV - HORÁRIO DE ATENDIMENTO

De segunda à sexta-feira:

Manhã: das 08 h. às 12 h.

Tarde: das 13 h. às 17 h.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA se obriga, ainda, a:

- 1 - manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;
- 2 - não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 3 - atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- 4 - afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- 5 - justificar ao paciente ou a seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste Contrato;
- 6 - notificar a CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto, enviando à CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas;
- 7 - fornecer ao paciente demonstrativos dos valores pagos pelo SUS, pelo seu atendimento na forma do disposto na Portaria MS 1286/93;
- 8 - manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES;
- 9 - submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliações de Serviços de Saúde - PNAS;
- 10 - submeter-se à regulação instituída pelo gestor;
- 11 - obrigar-se a entregar ao usuário ou a seu responsável, no ato da saída do estabelecimento, documento de histórico do atendimento prestado ou resumo de alta, onde conste, também, a inscrição; "Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais";
- 12 - obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto;
- 13 - manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- 14 - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização; e
- 15 - cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável pela indenização dos danos causados ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

§1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Contrato pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

§2º - A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos termos do art. 14, da Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará, **mensalmente**, a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente a cada procedimento mensal observado os limites quantitativos explicitados na Cláusula Primeira e conforme tabela MS/SUS, em vigor na data da assinatura deste Contrato, **estimada em até R\$ 6.673,48 (seis mil e seiscentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos)**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados decorrentes deste Contrato, correrão à conta dos recursos financeiros provenientes do Ministério da Saúde, por força da Gestão Plena do Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Sul, por esta **SECRETARIA**, no **montante anual de até R\$ 80.081,76 (oitenta mil e oitenta e um reais e setenta e seis centavos)**, com a seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|------------------------|----------------|-------------------------|----------------|
| Recurso | 1681 e/ou 0006 | Elemento | 3.3.90.39.3988 |
| Atividade | 8065 e/ou 8065 | Empenho | 16004123152 |
| U. O. | 20.95 | Data do Empenho: | 13/09/2016 |

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste Contrato será pago da seguinte forma:

I - A CONTRATADA apresentará mensalmente à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados;

II - A CONTRATANTE, depositará na conta da CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil, a partir da data do cumprimento da última das seguintes condições pelo Ministério da Saúde, em conformidade com a PT/GM/MS nº3.478, de 20/08/1998:

- crédito na conta bancária do Fundo Estadual de Saúde, pelo Fundo Nacional de Saúde;
- disponibilização dos arquivos de processamento do SIH/SUS no BBB/MS, pelo

DATA/SUS.

III - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue à CONTRATADA recibo assinado ou rubricado pela CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional;

IV - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados contendo incorreções, serão devolvidas à CONTRATADA para correção, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser reapresentadas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondendo documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo;

V - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste, acertando-se as diferenças que houverem no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras, obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outro acréscimo porventura incidente nas diferenças apuradas em favor da CONTRATADA; e

VI - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do SUS.

PARÁGRAFO ÚNICO: O local da prestação do serviço será o Município de Jaguarão/RS, e é isento do Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com fulcro na Lei 1122/1976, conforme Certidão da Prefeitura Municipal, às folhas nº. 467 do processo administrativo nº. 84439-20.00/05-1.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estipulados na Cláusula Sexta serão reajustados na proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo MS, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do art. 26. da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os reajustes independem de Termo Aditivo, sendo, entretanto, necessário constar do processo administrativo da CONTRATADA, os respectivos cálculos, bem como, a origem e autorização do reajuste.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

A execução do presente Contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§1º - Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

§2º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA, poderá ensejar a não prorrogação deste Contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

§3º - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os pacientes e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato.

§4º - A CONTRATADA facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE, designados para tal fim.

§5º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

- a) advertência;
- b) multa/dia;
- c) suspensão temporária dos serviços.

§1º - A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a CONTRATADA.

§2º - As sanções previstas nas alíneas "a" e "c" desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".

§3º - A multa-dia corresponderá a 1/60 (hum sessenta avos) do último faturamento mensal liquidado, e poderão ser impostos até 20 (vinte) dias-multa. A multa será deduzida do valor do primeiro faturamento subsequente e sua imposição.

§4º - A partir do conhecimento da aplicação das penalidades a CONTRATADA terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso dirigido ao Secretário de Estado da Saúde.

§5º - A imposição de quaisquer das sanções estipuladas nesta Cláusula, não ilidirá o direito da CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral dos prejuízos e das perdas e danos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente da responsabilidade criminal e/ou ética do autor do fato.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para a rescisão do presente Contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como, os motivos previstos na legislação referente à Licitações e Contratos Administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Primeira.

§1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

§2º - Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade previstos neste Contrato, ou de sua rescisão, praticados pela CONTRATANTE, cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente Contrato será vigente a partir da publicação de sua Súmula no Diário Oficial do Estado e vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

§1º - A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com **antecedência mínima de 90 (noventa) dias**.

§2º - A inobservância, pela CONTRATADA, de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato, ensejará a sua rescisão imediata, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer das alterações do presente Contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente à Licitação e Contratos Administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato terá sua eficácia condicionada à publicação da respectiva súmula no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO


As partes elegem o Foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente Contrato, quando não resolvidas administrativamente.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Porto Alegre, 21 de NOVEMBRO de 2016.


JOÃO GABBARDO DOS REIS
Secretário de Estado da Saúde

FRANCISCO A. Z. PAZ
Secretário de Estado da Saúde
Adjunto


MARIA IVA DE FARIA PIÚMA
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais de Jaguarão - APAE

V - Realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência;
 VI - Efetuar pagamento posterior à vigência, salvo se expressamente autorizada e fundamentada pela SES, e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência;
 VII - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
 VIII - Transferir recursos para clubs, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
 e
 IX - Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;
 X - Saque bancário em espécie ou pagamentos com cheque bancário;
 XI - Aquisições de equipamentos, materiais ou veículos usados.

XIV - DA DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 - As situações omissas ou não disciplinadas neste Regulamento deverão ser objeto de questionamento formal à SES, dirigido à Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN), sendo de competência exclusiva do(a) titular da Pasta a sua decisão.

ANEXO II - PORTARIA Nº 400/2016

Declaração
 Na qualidade de Prefeito Municipal de _____ com sede administrativa na Rua _____, n. _____ - Bairro _____, CEP _____, inscrito no CNPJ sob o n. _____/0001-_____, Eu _____, Carteira de Identidade n. _____/SSP/RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. _____/RS, declaro, sob as penas da lei, conhecer o teor da Portaria XXX e que estou de acordo com seus termos. Declara ainda, que a execução do objeto dar-se-á conforme o Plano de Trabalho em anexo. _____, de _____ de _____

Codigo: 1700274

SÚMULAS**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo: 16/2000-0050926-4
 Empresa: Med Equipa Ltda - EPP. CNPJ: 14.041.184/0001-42
 Objeto: Contratação de serviço de contratação de serviço: locação de equipamento, respirador (ventilação mecânica) e oxímetro de pulso, com manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, incluindo reposição de peças, acessórios e descartáveis, para atender demanda judicial, por período de até 180 dias.
 Valor Mensal: R\$ R\$ 2.989,00 (dois mil e novecentos e oitenta e nove reais).
 Base legal: Inciso IV do Artigo 24 da Lei 8.666/93.
 Ratificação, conforme Artigo 26 da Lei supracitada.
 Porto Alegre, 24 de novembro de 2016.
 Divisão de Compras

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O pregoeiro e sua equipe de apoio, designados por portaria, indicam o(s) vencedor(es) do(s) seguinte(s) lote(s) de medicamentos:
 Processo: 933835-2000/16-9
 Pregão: 0305/2016
 Objeto: Registro de Preço para fornecimento de medicamentos:
 LOTE 01: EMPRESA: UNITED MEDICAL LTDA CNPJ: 68.949.239/0005-70 VALOR R\$17.631.618,20
 LOTE 02: EMPRESA: NOVARTIS S/A CNPJ: 56.994.502/0098-62 VALOR R\$308.400,00
 LOTE 03: EMPRESA: NOVARTIS S/A CNPJ: 56.994.502/0098-62 VALOR R\$200.880,00
 LOTE 04: EMPRESA: NOVARTIS S/A CNPJ: 56.994.502/0098-62 VALOR R\$149.688,00
 LOTE 05: DESERTO
 VALOR TOTAL: R\$18.290.586,20
 Fundamentação legal: Leis 10.520/2002 e 8.666/93.
 Porto Alegre, 24 de novembro de 2016.
 Divisão de Compras.

INEXIGIBILIDADE

Processo: nº 16/2000-0079516-0
 Empresa: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO)
 CNPJ: 00.665.448/0001-24
 OBJETO: para inscrição no 7º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária - SIMBRAVISA do servidor Fábio Blinz Kail ID 2429918/01, que ocorrerá no período de 26/11 a 30/11/2016 na cidade de Salvador, Bahia.
 - Valor Inscrição: R\$ 700,00 (setecentos reais)
 Base legal: Inc.V do Artigo 24 da Lei 8.666/93.
 Ratificação: Em 22/11/2016, conforme Artigo 26 da Lei supracitada.
 Porto Alegre 24 de novembro de 2016.
 Divisão de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Estadual da Saúde torna pública, através de seus pregoeiros e equipes de apoio, designados pelas Portarias n.º 230/2012 e 125/2013, a abertura de Pregão Eletrônico para seleção de fornecedores para Aquisição e Registro de Preços, tipo menor preço, conforme descrição abaixo e de acordo com a legislação vigente:
 Objeto: Aquisição de Meios de Cultura Micobac
 Processo nº 16/2069-0002820-2
 Pregão Eletrônico nº 0349/2016
 Data da Disputa: 14/12/2016 às 10:15h.
 Os Editais encontram-se disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br Informações na Divisão de Compras - Av. Borges de Medeiros, 1501 - 5º andar, Sala 04 - Fone 51- 3288 5972
 Porto Alegre 24 de novembro de 2016.
 Divisão de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Estadual da Saúde torna pública, através de seus pregoeiros e equipes de apoio, designados pelas Portarias n.º 230/2012 e 125/2013, a abertura de Pregão Eletrônico para seleção de fornecedores para Aquisição e Registro de Preços, tipo menor preço, conforme descrição abaixo e de acordo com a legislação vigente:
 Objeto: Aquisição de Massa Seladora de Capilar e Tubo Transparente para Capilar
 Processo nº 16/2069-0002152-6
 Pregão Eletrônico nº 350/2016
 Data da Disputa: 13/12/2016 às 14:30h.
 Os Editais encontram-se disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br Informações na Divisão de Compras - Av. Borges de Medeiros, 1501 - 5º andar, Sala 04 - Fone 51- 3288 5972
 Porto Alegre 24 de novembro de 2016.
 Divisão de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Estadual da Saúde torna pública, através de seus pregoeiros e equipes de apoio, designados pelas Portarias n.º 230/2012 e 125/2013, a abertura de Pregão Eletrônico para seleção de fornecedores para Aquisição e Registro de Preços, tipo menor preço, conforme descrição abaixo e de acordo com a legislação vigente.

Objeto: Aquisição de Plasma Fator VIII e IX
 Processo nº 16/2069-0002803-2
 Pregão Eletrônico nº 0348/2016
 Data da Disputa: 08/12/2016 às 10:15h.
 Os Editais encontram-se disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br Informações na Divisão de Compras - Av. Borges de Medeiros, 1501 - 5º andar, Sala 04 - Fone 51- 3288 5972
 Porto Alegre 24 de novembro de 2016.
 Divisão de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Estadual da Saúde torna pública, através de seus pregoeiros e equipes de apoio, designados pelas Portarias n.º 230/2012 e 125/2013, a abertura de Pregão Eletrônico para seleção de fornecedores para Aquisição e Registro de Preços, tipo menor preço, conforme descrição abaixo e de acordo com a legislação vigente:
 Objeto: Aquisição de Tubos para Coleta de Sangue
 Processo nº 16/2069-0002767-2
 Pregão Eletrônico nº 0351/2016
 Data da Disputa: 12/12/2016 às 10:15h.
 Os Editais encontram-se disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br Informações na Divisão de Compras - Av. Borges de Medeiros, 1501 - 5º andar, Sala 04 - Fone 51- 3288 5972
 Porto Alegre 24 de novembro de 2016.
 Divisão de Compras

Codigo: 1700276

Nº CONT. 139/2016 Processo: nº. 84439-20.00/05-1, celebrado em 21-11-2016, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARÃO - APAE. CLÁUSULA PRIMEIRA: execução pela CONTRATADA, de serviços técnico-profissionais a serem prestados por equipe multiprofissional à pessoa com deficiência intelectual e autismo, para atender a demanda no município de Jaguarão/RS. CLÁUSULA SEGUNDA: Os serviços referidos na Cláusula Primeira, serão executados pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARÃO - APAE, com sede na Rua 24 de Maio, nº. 1946, Bairro Centro - JAGUARÃO/RS. CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATANTE pagará, mensalmente, a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente a cada procedimento mensal observado os limites quantitativos explicitados na Cláusula Primeira e conforme tabela MS/SUS, em vigor na data da assinatura deste Contrato, estimada em até R\$ 6.673,48 (seis mil e seiscentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos). RECURSO: 1681 e/ou 0006/ U.O.: 20.95/ Atividade: 8065 e/ou 8065/ Elemento: 3.3.90.39.3988/ Empenho: 16004123152/ Data do Empenho: 13/09/2016. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O presente Contrato será vigente a partir da publicação de sua Súmula no Diário Oficial do Estado e vigorará pelo prazo de 01 (um) ano.

Nº CONT. 196/2016 Processo: nº. 56173-20.00/16-9, celebrado em 17-11-2016, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado, e SÃO CAMILO HOMECARE LTDA. CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato visa à contratação, em caráter emergencial, de empresa para o serviço de atenção domiciliar (Home Care), beneficiando a paciente Catarina Forsin Marchi, residente e domiciliada na Rua Doutor Fernando Chagas, nº. 121, Vila Rossato - SANTA MARIA/RS. CLÁUSULA TERCEIRA: O preço mensal para o presente ajuste é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), perfazendo um total de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais). RECURSO: 0006/ U.O.: 20.95/ Atividade: 6182/ Elemento: 3.3.90.91.9104/ Empenho: 16004951900/ Data do Empenho: 08/11/2016. CLÁUSULA OITAVA: O prazo de vigência do presente Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação de sua súmula no DOE.

Nº T. Apostilamento. DCC/040/2016, Processo: nº. 36474-20.00/13-9, celebrado em 23-11-2016, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado, e PEDRO HENRIQUE RIZZI MAFFI. CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Apostilamento visa ATUALIZAR O VALOR constante na Cláusula Segunda - Do Preço, do Contrato nº. 450/2013, passando de 5.901,17 (cinco mil e novecentos e um reais e dezessete centavos) para R\$ 6.588,71 (seis mil e quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos) a partir de 30 de agosto de 2016, conforme a Cláusula Quarta - Do Reajustamento dos Preços do Contrato nº. 450/2013. RECURSO LOCAÇÃO: 0006/ U.O.: 20.95/ Atividade: 6750 e/ou 6193/ Elemento: 3.3.90.36.3614/ Subprojeto: 0001. RECURSO Manutenção/Condomínio: 0006/ U.O.: 20.95/ Atividade: 6750 e/ou 6193/ Elemento: 3.3.90.39.3914/ 3.3.90.39.3930/ 3.3.90.39.3941/3.3.90.47.4703. Subprojeto: 0001.

Nº T.C.U DCC/024/2016, Processo Nº. 16/2000-0010323-3, celebrado em 09-09-2016, QUE FAZ O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO, EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE MARAÚ. CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo tem por objeto a cessão de uso de informações técnicas confidenciais ao Município de Marau/RS. CLÁUSULA QUINTA: O presente instrumento entrará em vigor com a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Nº T.A.DCC/192/2016, Processo: nº. 94084-20.00/13-1, celebrado em 23-11-2016, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado, e MW SEGURANÇA LTDA EPP. CLÁUSULA PRIMEIRA: PRORROGAR, de 27 de novembro de 2016 até 27 de novembro 2017, o prazo previsto na Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 417/2014. RECURSO: 0006/ U.O.: 20.95/ Atividade: 6193.0001/ Elemento: 3.3.90.37.3702.

Nº T.A.DCC/272/2016, Processo: nº. 147078-20.00/13-6, celebrado em 17-11-2016, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado, e JM GUIMARÃES EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA. CLÁUSULA PRIMEIRA: PRORROGAR, de 31 de dezembro de 2016 até 31 de dezembro de 2017, o prazo previsto na Cláusula Décima Primeira - Dos Prazos, do Contrato nº. 726/2014. CLÁUSULA SEGUNDA: READEQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCIÁRIA do "Montante A" do preço Mensal do Contrato nº. 726/2014, passando de R\$ 53.338,00 (cinquenta e três mil e trezentos e trinta e oito reais) para R\$ 59.177,92 (cinquenta e nove mil e cento e setenta e sete reais e noventa e dois centavos). RECURSO: 0006/ U.O.: 20.01/ Atividade/Projeto: 2485/ Elemento: 3.3.90.37.3702.

Porto Alegre, 24 de novembro de 2016.

JOÃO GABBARDO DOS REIS
 Secretário de Estado da Saúde

Codigo: 1700277

Processo nº 14849-20.00/16-7
 Convênio 010/2016, FPE nº 981/2016, celebrado em 21/11/2016, entre o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE e o HOSPITAL SÃO PATRÍCIO DE ITAQUI - Município de Itaquí/RS. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL SÃO PATRÍCIO DE ITAQUI. VALOR: R\$ 77.682,92 (setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos). RECURSO: 0016/20.95/7302/4.4.50.42.4202. Empenho nº 16003953181, de 13/10/2016. PRAZO: 1 (um) ano, a partir desta publicação.

Porto Alegre, 24 de Novembro de 2016.

JOÃO GABBARDO DOS REIS,
 Secretário de Estado da Saúde

Codigo: 1700278